

A MÍDIA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

Alzira Alves de Abreu

Introdução

O período de 1974 a 1989 é considerado como o da transição do regime autoritário para a democracia no Brasil. Em 1974, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, começou a ser posto em prática um projeto de abertura política; em 1989, quando Fernando Collor de Melo foi eleito presidente pelo voto direto, a transição democrática foi efetivada.

A efetivação da democracia ocorre, de acordo com Linz e Stepan (1996: 21-22), “quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando a obter um governo eleito; quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem *de fato* a autoridade de gerar novas políticas; quando os poderes executivo, legislativo e judiciário criados pela nova democracia não têm que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos”. Com essa definição, é possível distinguir liberalização de um regime autoritário e democratização. Liberalização significa tolerância à oposição, menos censura da mídia, libertação dos presos políticos, retorno dos exilados, existência de algumas salvaguardas jurídicas como o *habeas corpus*, aceitação da organização e da atuação da classe trabalhadora. Mas a liberalização nem sempre resulta em transição para a democracia. Democratização significa existência de competição aberta pelo direito de conquistar o controle do governo, o que exige eleições competitivas e livres.

Ao estudar a mídia na transição democrática brasileira, parto de uma consideração: a de que a identificação das estratégias e dos recursos utilizados pelos jornalistas brasileiros para acelerar o processo de democratização do país pode enriquecer as interpretações sobre esse processo, contextualizando as transformações que tiveram lugar na própria mídia e o seu impacto nas diversas esferas da sociedade.

A modernização da mídia e o regime autoritário

Os meios de comunicação de massa, ao longo do período autoritário (1964-1985), sofreram forte intervenção dos militares, que adotaram uma política deliberada de modernização do setor. Ao lado da imposição da censura, a modernização da mídia fez parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. Dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos, a implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país era essencial. Um dos símbolos desse projeto foi a criação, em setembro de 1965, da Embratel, Empresa Brasileira de

Telecomunicações, que deu início à instalação da rede básica de telecomunicações. Em 1965 foi também criado o Ministério das Comunicações e, em 1972, a Telebrás, Telecomunicações Brasileiras S/A, empresa pública federal responsável pela coordenação dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional.

A criação da Embratel, com um plano de instalação de estações repetidoras e canais de microondas, permitiria a formação e a consolidação das redes de televisão no país. Embora o Brasil tivesse entrado na era da televisão em 1950, só a partir da década de 1970 a TV se tornaria um veículo de comunicação de massa. Foi com a entrada da TV Globo no mercado, em 1965, que ocorreu a grande transformação da televisão — que desde então se tornou uma grande empresa capitalista.

Um outro aspecto a ser ressaltado é que o período ditatorial investiu na propaganda política utilizando técnicas modernas de comunicação de massa. Houve um esforço no sentido de mobilizar a sociedade em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, projeto esse que daria legitimidade ao regime em nome da racionalidade da administração e da eficácia da economia. Difundiu-se uma visão otimista e ufanista do país e propagou-se a crença de que o Brasil, em um curto espaço de tempo, poderia integrar a categoria das nações desenvolvidas (Fico, 1997). O modelo econômico então adotado levaria o Brasil a se tornar uma grande potência mundial. As campanhas publicitárias se destacavam por terem um cunho educativo ou cívico. Os militares utilizaram largamente o “poder das imagens”, em especial a televisão, para difundir suas propostas do “Brasil Potência”.

Os empresários da mídia, dentro do projeto de modernização dos meios de comunicação, foram beneficiados pelos militares. Foram concedidos financiamentos para a construção de novos prédios, agora necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão das redações. A publicidade dos órgãos oficiais também beneficiou largamente a mídia — basta lembrar que em torno de 30% das receitas dos jornais eram obtidos dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado. As concessões de estações de rádio e de televisão muito beneficiaram os empresários da mídia.

É verdade que, no momento da derrubada do governo constitucional em 1964, os proprietários dos meios de comunicação, com algumas exceções — é o caso de Samuel Wainer, do jornal *Última Hora* —, apoiaram o movimento militar. Alguns jornais chegaram a participar ativamente da articulação da derrubada do governo de João Goulart, como, por exemplo, *O Estado de S. Paulo* (Mesquita, 1984: 26-31). Ruy Mesquita, um dos proprietários do jornal, integrou um grupo de civis e militares que, em São Paulo, conspirou contra o governo.

O ônus desse apoio e desses benefícios foi a censura e a repressão aos meios de comunicação. Mas os militares atuaram de forma contraditória em relação à censura. Na busca de legitimidade política, o discurso dos militares justificava sua permanência no poder como uma forma de restabelecer a democracia, ameaçada pelo governo Goulart e pelos comunistas. Os militares não assumiam abertamente a censura nem a repressão à liberdade de expressão. Era proibido denunciar a censura.

A imprensa foi se afastando do governo à medida que a censura foi se tornando uma prática comum no novo regime, em especial após o Ato Institucional n.º 5,

de dezembro de 1968.¹ A posição do *O Estado de S. Paulo* é um exemplo dessa situação. O jornal desencadeou uma campanha contra as medidas do governo, o que lhe valeu a censura prévia a partir de setembro de 1972.² A prisão de vários jornalistas desencadeou o medo nas redações, determinando a prática da autocensura.

Os proprietários dos meios de comunicação se submeteram à censura, em grande parte, devido à dependência econômica que tinham do Estado, o que funcionou como amortecedor de uma possível oposição. Um outro ponto a ser ressaltado é que não se formaram alianças entre os vários proprietários dos meios de comunicação nem entre estes e os jornalistas, como mostra Smith (2000: 170-171): “Em vez de aliar-se para enfrentar o regime, membros da imprensa com frequência se ocupavam em atacar-se e criticar-se mutuamente. Múltiplas clivagens, inclusive divisões de classe, concorrência empresarial e diferenças políticas e pessoais impediram a formação de uma identidade comum e bloquearam alianças potenciais.” Mas a censura prévia, com os censores dentro das redações — o que feria a autoridade e o poder dos proprietários —, criou as condições para o afastamento da mídia dos militares e uma maior aproximação com os jornalistas que lutavam pela liberdade de imprensa. Ainda assim, o comportamento dos jornais não foi homogêneo. Alguns cederam às pressões da censura, outros usaram fórmulas criativas para denunciar a repressão e a falta de liberdade. Entretanto, as análises, quando se ocupam da mídia, em geral só dão conta da autocensura e da subordinação da mídia às determinações dos militares.

É importante lembrar que até os anos 1970 a empresa jornalística era controlada por seu proprietário (ou por sua família), o que lhe dava a possibilidade de um total domínio sobre a orientação política e o noticiário. As transformações técnicas, acompanhadas de novos métodos racionais de gestão, incentivaram uma renovação na direção empresarial e na direção das redações. A partir das décadas de 1970 e 1980, o poder nas empresas adquiriu outra dimensão: não estava mais na mão de um só dono. O controle acionário passou a ser exercido por um número maior de membros da família, e quem dirigia eram os herdeiros da segunda geração ou novos proprietários. Os proprietários dos meios de comunicação se tornaram homens de organização submetidos à racionalidade da empresa e dotados de diversas especializações profissionais: são agora economistas, administradores, engenheiros de produção, engenheiros de informática, submetidos a conselhos de administração, a comitês de diretoria e coordenação.

Como empresa comercial, a mídia atuou de acordo com as regras do mercado

1 O Ato Institucional n.º 5 deu ao Presidente da República poderes para impor a censura prévia aos meios de comunicação, desde que tal procedimento fosse considerado necessário à defesa do regime militar. Alguns jornais tiveram suas edições apreendidas pela polícia. Alguns diretores de jornais e jornalistas foram presos. A partir de então, os temas políticos passaram a ser cuidadosamente censurados.

2 A censura prévia foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 1.077, de 20 de maio de 1970. A lei de Segurança Nacional e o Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, já permitiam esse tipo de violência à liberdade de imprensa.

e com a lógica do capitalismo, em busca do lucro. Os empresários da mídia, para enfrentar a concorrência, fizeram grandes investimentos em novos equipamentos de impressão e transmissão e na informatização dos estúdios e das redações. Os altos investimentos na modernização da produção exigiram uma rentabilidade maior, fazendo com que os empresários buscassem aumentar a venda de espaço publicitário, o que passou a ser um objetivo prioritário dentro das empresas.

O perfil dos jornalistas também mudou. Eles foram assumindo uma posição de prestígio junto ao público, tornaram-se figuras capazes de atrair leitores ou audiência para a mídia. A profissionalização da categoria também ocorreu durante o regime militar, com a ampliação da grande indústria cultural. A exigência do diploma universitário de jornalismo, a dedicação em tempo integral à atividade jornalística e a regulamentação da profissão são indicadores da profissionalização.

Esses novos profissionais muitas vezes tinham posições políticas divergentes dos empresários para os quais trabalhavam. Desse modo, é importante estabelecer a diferença entre os interesses dos empresários da mídia e a atuação autônoma de muitos jornalistas.

De qualquer maneira, é possível identificar exemplos de atuação independente da mídia, assim como de sua participação na luta em favor da volta à democracia (Abreu, Lattman-Weltman e Kornis, 2003). Mídia e jornalistas utilizaram diversas estratégias para denunciar a censura, a opressão dos militares e a política econômica então adotada. A imprensa alternativa, as charges, as editoriais de economia, as páginas de opinião e as telenovelas foram vetores de crítica ao regime. Esses espaços expressavam o descontentamento de uma parcela da população com as medidas de repressão e com a política então adotada. A imprensa alternativa (Araújo, 2000) foi um dos canais mais importantes da crítica ao modelo econômico e às violações dos direitos humanos. Essa imprensa foi também responsável pela formação de uma nova geração de profissionais que ganhou espaço e poder nas redações após a abertura política.³ As charges e caricaturas, publicadas nos anos posteriores a 1974 no *Jornal do Brasil*, no *Estado de S. Paulo* e na *Veja*, transmitiam ao público informações sobre a política e os políticos que não eram divulgadas por outros meios (Grinberg, 2004). Evidentemente essas informações atingiam um público politizado ou aqueles que buscavam conhecer melhor a realidade. Esse público, em geral, é o formador de opinião. Outro espaço utilizado pelos jornalistas para denunciar o regime foram as chamadas “páginas de opinião”, criadas a partir de 1976 nos jornais de maior circulação. Elas tiveram inicialmente como objetivo pressionar e criticar o regime político vigente. Nessas páginas escreviam pessoas que

3 A imprensa alternativa conheceu um grande sucesso na fase mais aguda de repressão do regime militar. Surgiu no momento em que se tornou visível o fracasso da luta armada, e foi através dela que muitos jornalistas, intelectuais e ex-militantes tentaram construir um espaço legal de resistência ao regime militar, espaço alternativo à imprensa comercial e à universidade. Muitos dos jornais alternativos tinham formato tablóide e tiragens irregulares, alguns eram vendidos em bancas de jornal, outros circulavam entre os participantes de partidos ou movimentos de esquerda clandestinos.

tinham grande prestígio nas suas áreas de competência, e que não pertenciam aos quadros da empresa. Essa foi uma estratégia para abordar determinados assuntos que provocavam normalmente a censura, mas que, tratados por especialistas, tinham chances de ser divulgados.

As editorias de economia também exerceram uma influência política significativa, na medida em que iniciaram uma campanha contra a orientação dada à economia, antes mesmo de os empresários se manifestarem. As editorias de economia se constituíram no canal de expressão das críticas à política do regime militar a partir de 1974, apresentando dados e informações sobre a taxa de inflação, indicadores econômicos que até então eram ignorados pelo público, e que permitiram análises sobre um comportamento da economia que não coincidiam com as informações divulgadas pelo governo. Foram apresentados os resultados de pesquisas econômicas, elaboradas nas universidades e institutos de pesquisa, que continham críticas à política econômica adotada, em relação à distribuição de renda, à pobreza, à questão do emprego, entre outras. O modelo econômico foi utilizado como foco para a contestação ao regime e como pretexto para questionar a continuidade dos militares no poder. Essa atuação provocou respostas de outros atores que até então não se haviam manifestado, como os empresários e os sindicatos.

A televisão, em especial a TV Globo, que apoiava o regime militar, incorporou aos seus quadros, contudo, intelectuais e produtores culturais que se manifestavam contrários ao regime, muitos pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esses intelectuais produziram telenovelas ou outros programas dando ênfase a cenas da realidade brasileira. Eram introduzidas na trama das novelas críticas às condições sociais em que viviam os personagens, assim como eram incorporados temas políticos para divulgar idéias políticas de transformação da sociedade. A sátira política tratava de questões próximas do cotidiano do telespectador, como a especulação imobiliária, o jogo do bicho, o coronelismo e suas consequências políticas. São inúmeros os exemplos dessa atuação da televisão: as novelas *O Bem Amado*, de autoria de Dias Gomes (1973), *Irmãos Coragem*, de Janete Clair (1970-1971), *Os Deuses estão mortos*, de Lauro César Muniz (1971-1972), e a adaptação de romances de Jorge Amado, romances de denúncia e crítica à sociedade capitalista.

Uma outra estratégia de sobrevivência diante da censura aos assuntos políticos nacionais foi dar ênfase ao jornalismo internacional. A Rede Globo, no seu *Jornal Nacional*, jornal diário e o de maior audiência da televisão brasileira, investiu na formação de correspondentes no exterior e deu maior espaço ao noticiário internacional. A Revolução dos Cravos teve grande cobertura, assim como todas as notícias sobre a queda de velhas ditaduras, como a da Espanha. Era uma maneira de mostrar ao público brasileiro os passos dados por outros países em direção à democracia.

Pode-se perguntar se esses vários estratagemas usados pela imprensa e pela televisão para denunciar a falta de liberdade não foram um fator de enfraquecimento da legitimidade do Estado que veio a favorecer a redemocratização do país.

Começa a transição: com a mídia

Seja como for, a transição do regime militar para a democracia teve início a partir de 1974, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República com uma proposta de liberalização política lenta e gradual, controlada pelos dirigentes autoritários. Essa proposta tinha como objetivo recuperar a legitimidade do regime e a capacidade decisória do Estado. Como mostram Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (1981), o alto grau de concentração do poder conduzia a um estado de paralisia nas decisões e à perda de eficiência do Estado. Assim, tornava-se necessário abrir e ampliar os canais de informação como instrumento para mudar essa situação. Além do mais, o “perigo” dos movimentos de luta armada desaparecera, já que seus núcleos tinham sido eliminados.

O projeto de abertura política tinha como um de seus pontos estratégicos a liberalização da imprensa, em especial da imprensa escrita — só um pouco mais tarde a televisão seria atingida. Entretanto, durante todo o período de governo do general Geisel, continuou em vigor toda a legislação que impedia a liberdade de expressão, fator que incentivou a autocensura. Nesse período, houve avanços e retrocessos. Se, por um lado, o governo suspendia a censura prévia ao jornal *O Estado de S. Paulo* (janeiro de 1975), estabelecia a censura prévia na revista *Veja*, que só teve essa medida suspensa em junho de 1976. O ministro da Justiça, Armando Falcão, se identificava mais com a corrente dos militares contrários à liberdade de expressão e de pensamento do que com a proposta de liberalização do regime. Falcão, que centralizava em seu ministério as questões relacionadas ao controle da imprensa, levou ao general Geisel a proposta de um levantamento das dívidas que as empresas jornalísticas tinham com o Ministério da Fazenda e com bancos estaduais e privados, como instrumento de pressão e controle. Geisel mostrou-se favorável à proposta (Castro e D’Araújo, 2002: 27).

Ao mesmo tempo, o Serviço Nacional de Informação (SNI) transmitia ao presidente Geisel a preocupação com a mídia, que estaria “infiltrada” de comunistas e que, através de todos os jornais do país, especialmente os do Rio e de São Paulo, além da Associação Brasileira de Imprensa, transmitia orientações do movimento comunista internacional que atingiam e influenciavam a opinião pública nacional (Castro e D’Araújo, 2002: 50).

No longo caminho que percorreu para chegar à democracia, a sociedade brasileira teve que enfrentar, além da censura à mídia, o enfraquecimento das instituições representativas, como os partidos políticos, os sindicatos, as associações civis. Todos sofreram enorme desgaste ou desagregação durante o regime autoritário.

A reconstrução política do país exigiu a constituição de novos atores políticos. A modernização da economia durante o chamado “milagre econômico” (1968-1974) permitiu o surgimento de associações de interesse, ligadas principalmente aos setores médios urbanos, que tiveram enorme crescimento no período. Foram esses setores que participaram ativamente das reivindicações pelo fim do regime militar, em aliança com o movimento sindical. As manifestações da Igreja, dos sindicatos, das associações profissionais, do partido de oposição e da mídia, esta atuando como formadora de opinião e como frente política de oposição,

pressionaram o regime autoritário defendendo a volta à democracia e respaldaram as ações do governo Geisel em prol da abertura política, principalmente nos momentos em que este sofria resistências dos militares.⁴ Ao contrário dos presidentes anteriores, Geisel levou para a imprensa a disputa que se travava entre seu governo e os militares que se opunham à abertura política. Essa era uma forma de impedir a manipulação de informações por parte dos militares da “linha dura” no interior do regime.

A liberalização da imprensa contribuiu para que o governo Geisel controlasse os órgãos de segurança e a burocracia estatal. Esta, acobertada pela censura, cometeu inúmeros abusos administrativos. O controle da corrupção tornou-se uma das preocupações do governo Geisel, e nesse contexto a imprensa abriu espaço para a publicação de reportagens de denúncia de corrupção na administração pública. O governo incentivou, assim, a valorização na imprensa brasileira do jornalismo investigativo, que ao longo do processo de redemocratização foi adquirindo as características do “denuncismo”.

As eleições legislativas de novembro de 1974 tiveram papel-chave na liberalização do regime (Lamounier, 1980), e a mídia foi co-participante desse sucesso. A oposição teve livre acesso aos meios de comunicação, tanto ao rádio como à televisão e aos jornais, e isso possibilitou uma ampla mobilização do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A mídia, como parte da oposição, soube utilizar esse momento para levar ao público as críticas e denúncias contra o regime militar e para lutar pela redemocratização. O jornal *O Globo*, por exemplo, que apoiou o regime militar, deu ampla cobertura à campanha do MDB (Ribeiro, 1998). Essa atitude do jornal deve ser interpretada como o apoio do seu proprietário, Roberto Marinho, à política de abertura do governo Geisel e, de outro lado, como resultado da modernização da imprensa, o que exigia uma atitude desvinculada das posições políticas do proprietário.

O resultado das eleições deu ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, ampla vitória sobre a Arena, o partido de apoio ao governo. A atuação da mídia na vitória da oposição ficou evidente, em grande parte devido ao aumento considerável da população urbana.⁵ O aumento da população urbana significou um aumento do acesso à televisão — basta lembrar que, em 1964, 10% dos domicílios brasileiros tinham aparelhos de televisão e que, em 1984, essa porcentagem já atingia 75% das residências. Os militares entenderam o valor estratégico da mídia, nessa eleição, e sua reação foi evitar nova derrota nas eleições municipais de 1976, com a edição da chamada Lei Falcão, que estabeleceu rígidos controles sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Com isso, a Arena conseguiu ampla vitória eleitoral sobre o MDB.

Um outro fator importante que ajudou a acelerar o processo de

4 Celina Rabello Duarte (1987) apresenta uma excelente síntese do papel que a imprensa desempenhou durante esse processo.

5 De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960 a população rural era majoritária, correspondendo a 55,3% da população total. Em 1980 os centros urbanos já abrigavam 67,6% da população.

redemocratização do país foi a chegada do democrata Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 1977. Sua política externa se orientava para o afastamento dos Estados Unidos dos países que não respeitavam os direitos humanos. Exerceu grande pressão sobre o governo brasileiro, tentando vincular a ajuda militar norte-americana à verificação da situação dos direitos humanos no Brasil (D'Araujo e Castro, 1997).

No final do governo Geisel e durante o período do governo do general Figueiredo (1979-1985), o debate sobre o papel do Estado na economia se tornou central entre os opositores do regime. Os empresários, ao perceberem que a política do governo Geisel, tal como estava definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), era tendente a aumentar o papel das empresas estatais na dinâmica do desenvolvimento, começaram a se posicionar ao lado dos outros setores da sociedade que questionavam a permanência dos militares no poder. A imprensa divulgou com grande destaque a insatisfação dos empresários com a política de fortes investimentos estatais e com os investimentos das multinacionais, isso quando se dava uma redução drástica no ritmo do crescimento econômico. A participação dos empresários na contestação ao regime militar se tornou visível através da imprensa, o que possibilitou um maior avanço no processo de redemocratização. Na análise de L. C. Bresser Pereira (1978), a retirada de apoio da burguesia à tecnoburocracia estatal representou um golpe decisivo para a continuidade do regime.

Na etapa seguinte do processo de redemocratização, a imprensa assumiu papel dos mais relevantes na divulgação e acompanhamento do Atentado do Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981, durante o governo do general João Batista Figueiredo. No Centro de Convenções (Riocentro), realizava-se um show de música popular para comemorar o Dia do Trabalho. Enquanto 20 mil pessoas assistiam ao espetáculo, ocorreu a explosão de uma bomba no interior de um carro, que matou um sargento e feriu um capitão do Exército. O atentado — frustrado pela explosão da bomba antes da hora — teria como objetivo causar pânico e mortes e impedir a continuidade do processo de redemocratização. Nesse episódio, os jornais, o rádio e a televisão confrontaram dados e informações, ouviram várias pessoas encarregadas da segurança do Riocentro, divulgaram os resultados dos laudos dos médicos e peritos, e produziram uma visão contrária àquela que os responsáveis pelo Inquérito Policial Militar queriam impor como verdadeira, ou seja, a de que o atentado fora praticado pelos grupos de esquerda. Na verdade, o atentado fora preparado por militares e por membros de um grupo paramilitar de direita (Abreu e outros, 2001).

A mídia voltou a se destacar na campanha das “Diretas Já”, movimento político suprapartidário que se iniciou em 1983 em defesa de eleições diretas para a presidência da República. Em 1984 a campanha pelas “Diretas Já” tomou as ruas das principais cidades do país e teve uma ampla cobertura da mídia, que exerceu forte influência junto à opinião pública em favor dessa reivindicação. O jornal *Folha de S. Paulo* destacou-se no apoio à campanha. Todas as manifestações públicas pela aprovação das “Diretas Já” eram divulgadas através da coluna “Roteiro das Diretas”, que trazia diariamente um resumo das principais atividades. A TV Globo, que tinha mostrado reticências no apoio ao movimento, ao final reconheceu a

importância que a campanha havia assumido e a vontade da população que se manifestava a favor da mudança. No comício realizado na Candelária, no Rio de Janeiro, a TV Globo acompanhou e cobriu todo o evento.

A imprensa, ao divulgar fatos e acontecimentos, provoca reações que tendem a ampliar de forma rápida a participação dos atores políticos no processo. Quando se deu a suspensão da censura, a imprensa tornou-se um elemento-chave para a aglutinação das forças sociais na luta pela redemocratização.

Assim, a mídia exerceu uma influência no processo de transição que perpassou as instituições e os mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários. Como detentora de uma dimensão simbólica, suas mensagens circularam e foram apropriadas de formas diferenciadas, e adquiriram significados distintos, de acordo com as experiências individuais, permitindo a expressão de conflitos de diferentes setores sociais que se encontravam represados pela falta de liberdade.

A censura limitava a atuação da mídia como empresa comercial e, por outro lado, a independência jornalística tornava-se fundamental na luta pela concorrência. Esses aspectos devem ser vistos como fatores dominantes, que acabariam por levar os proprietários da mídia a se colocar a favor da redemocratização do país.

A questão que se coloca então é saber em que medida esse jogo de interações entre o sistema de comunicação do país e o regime pode guardar implicações para o processo de transição — e conseqüentemente de consolidação da democracia —, tanto no que se refere a seus sentidos quanto no que diz respeito à sua qualidade.

Os cientistas sociais ignoram o papel da mídia na transição

Com efeito, é possível observar sem dificuldades que em sua grande maioria os cientistas sociais vêm concentrando suas análises sobre a transição nas lideranças militares, nos partidos políticos, na competição eleitoral, nas lideranças políticas, nas lideranças da sociedade civil — Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) etc. — e nas lideranças sindicais e empresariais (ver Lafer, 1975; Lamounier, 1980; Souza e Lamounier, 1981; Cardoso, 1983: 9-27). Nas pesquisas sobre a transição, com exceção do trabalho de Celina Rabello Duarte (1983 e 1987), a mídia não foi objeto de estudo.

A explicação para esse fato pode, portanto, ser buscada na forma como a mídia é percebida pelos estudiosos e pela sociedade. Ela parece ser vista predominantemente como formada por agentes que têm uma posição subordinada em relação às suas fontes, como simples reprodutora de um discurso proveniente de outros atores ou outras instituições. Ela não teria o papel de construtora do fato que divulga. Essa perspectiva está no centro de certas apropriações das teses marxistas que analisam a mídia como um aparelho ideológico a serviço da classe dominante e como garantidora do seu poder de dominação. Essas análises não dão conta do papel que a mídia desempenha no processo político, parecendo mais meras caricaturas de sua atuação.

Um outro fator que pode ser apontado para explicar o silêncio sobre a atuação da mídia no processo de redemocratização é a inexistência, até os anos 1970, de uma produção intelectual que mostre a inserção da mídia no processo político nacional, que reconstitua a sua história, que analise a diversidade de atuação do rádio, dos jornais, revistas e televisão. Constatam-se a precariedade de estudos sobre seus profissionais e suas relações com o poder. Deve-se lembrar que sempre existiu uma literatura produzida por jornalistas, que relatavam as experiências e atividades da imprensa. Esses ensaios muitas vezes embasaram a elaboração de estudos acadêmicos. Os cientistas sociais também usaram extensamente as informações da mídia para construir suas análises sobre a abertura política e a redemocratização. Mas o fato é que não se encontram análises ou mesmo indicações da posição que ela ocupou nesses processos.

Foi a partir dos anos 1980/90 que os cientistas sociais se interessaram pela mídia, especialmente pela televisão e por sua influência sobre os resultados eleitorais, e foram principalmente os cientistas políticos que se voltaram para esse campo. A televisão tornou-se um espaço relevante de atuação do ator político e da política, onde se travavam os debates e se dava a mediação entre o público e os políticos. Os antropólogos, os sociólogos, os historiadores e os críticos literários começaram a se preocupar com as mudanças ocorridas nas últimas décadas, focalizando seus estudos na forma de construir a notícia, na linguagem, na modernização das redações e nas alterações introduzidas na estrutura das empresas. Pouco foi feito em relação ao papel dos jornalistas e dos repórteres e às alianças que se estabeleceram entre eles e o poder constituído. Os especialistas da comunicação, igualmente, pouco contribuíram para o entendimento da influência da mídia na transição, pois até os anos 1970 não analisavam a atuação dos meios de comunicação de um ponto de vista interdisciplinar. Essa situação se alterou, principalmente, a partir de 1980, quando esses especialistas introduziram um tratamento diferenciado em seus estudos, sendo então a mídia analisada dentro de um contexto político, onde as eleições, a televisão e o *marketing* político tornaram-se fenômenos explicativos do processo político.

As deficiências nas análises talvez possam ser explicadas por um obstáculo: a dificuldade de acesso aos arquivos dos jornais, revistas, estações de rádio e canais de televisão, que estavam e continuam fechados aos pesquisadores. Esses estudiosos só têm acesso às coleções dos jornais e revistas e à programação de algumas estações de rádio e televisão. Essas deficiências têm sido contornadas, algumas vezes, através da obtenção de depoimentos orais de jornalistas envolvidos no processo de redemocratização.

Um outro argumento que também justificaria o silêncio sobre a atuação da mídia nesse processo é a visão de que ela teria sido conivente com o regime autoritário, mera difusora das propostas dos militares, inclusive na fase de abertura política.

Referências bibliográficas

- Abreu, Alzira Alves de (org.) (1996), *Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos Anos 50*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Abreu, Alzira Alves de, e outros (orgs.) (2001), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós-30*, Rio de Janeiro, Editora FGV. 5 v.
- Abreu, Alzira Alves de (org.) (2001), *Transição em Fragmentos: Desafios da Democracia no Final do Século XX*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Abreu, Alzira Alves de, Fernando Lattman-Weltman, e Mônica de Almeida Kornis (2003), *Mídia e Política no Brasil: Jornalismo e Ficção*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Abreu, Alzira Alves de, e Fernando Lattman-Weltman (2001), "Momento de decisão: os anos 1970 e a mídia no Rio de Janeiro", em Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Silva Motta (orgs.), *Um Estado em Questão: 25 anos do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 325-363.
- Araújo, Maria Paula Nascimento (2000), *A Utopia Fragmentada: As Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Arturi, Carlos (2001), "O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro", *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 17, Novembro.
- Cardoso, Fernando Henrique (1983), "O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro", *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 26 (1), pp. 9-27.
- Castro, Celso, e Maria Celina D'Araújo (orgs.) (2002), *Dossiê Geisel*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Dassin, Joan R. (1984), "The Brazilian press and the politics of abertura", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 26 (3), Agosto, pp. 385-414.
- Dobry, Michel (2000), "Les transitions démocratiques: regards sur l'état de la 'transitologie'", *Revue Française de Science Politique*, 50 (4-5), Agosto-Outubro, pp. 579-614.
- Duarte, Celina Rabello (1987), *Imprensa e Redemocratização no Brasil: Um Estudo de duas Conjunturas, 1945 e 1974-1978*, dissertação de mestrado, Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Duarte, Celina Rabello (1983), "Imprensa e redemocratização no Brasil", *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 6 (2), pp. 181-195.
- Fico, Carlos (1997), *Reinventando o Otimismo: Ditadura, Propaganda e Imaginário Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Gaspari, Elio (2002), *A Ditadura Envergonhada*, São Paulo, Companhia das Letras.
- D'Araújo, Maria Celina, e Celso Castro (orgs.) (1997), *Ernesto Geisel*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Grinberg, Lúcia (2004), *Partido Político ou Bode Expiatório: Um Estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional ARENA (1965-1979)*, tese de doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- Guilhot, Nicolas, e Philippe C. Schmitter (2000), "De la transition à la consolidation. Une lecture rétrospective des democratization studies", *Revue Française de Science Politique*, 50 (4-5) Agosto-Outubro, pp. 615-631.
- Lafer, Celso (1975), *O Sistema Político Brasileiro*, São Paulo, Perspectiva.

- Lamounier, Bolivar (1974), "Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan J. Linz", *Estudos Cebap*, 7, Janeiro-Março, pp. 67-92.
- Lamounier, Bolivar (org.) (1980), *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970-1979*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Lamounier, Bolivar (1986), "Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982", *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 29 (3), pp. 283-317.
- Linz, Juan, e Alfred Stepan (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation*, Baltimore e Londres, John Hopkins University Press.
- Mesquita, Ruy (1984), "Entrevista: o "Estadão" e o golpe de 64", *Lua Nova*, 1 (2), Julho-Setembro, pp. 26-31.
- Munck, Geraldo L., e Carol Skalmik Leff (1997), "Modos de transição em perspectiva comparada", *Lua Nova*, 40/41, pp. 65-95.
- O'Donnell, G., e P. C. Schmitter (1988), *Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões*, São Paulo, Vértice.
- O'Donnell, Guillermo, Phillip Schmitter, e Laurence Whitehead (orgs.) (1988), *Transições do Regime Autoritário: América Latina*, São Paulo, Vértice.
- Pereira, Luis Carlos Bresser (1978), *O Colapso de uma Aliança de Classes*, São Paulo, Brasiliense.
- Ribeiro, José Augusto (1988), *Entrevista à Autora*, Rio de Janeiro, 22 de julho.
- Santiso, Javier (1993), "La démocratie incertaine: la théorie des choix rationnels e la démocratisation en Amérique Latine", *Revue Française de Science Politique*, 43 (6), Dezembro, pp. 970-993.
- Santos, Wanderley Guilherme dos (1985), "A pós-revolução brasileira", em Hélio Jaguaribe (org.), *Brasil: Sociedade Democrática*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Smith, Anne-Marie (2000), *Um Acordo Forçado: O Consentimento da Imprensa à Censura no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Soares, Gláucio Ary Dillon (1989), "A Censura durante o regime autoritário", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10 (4), Junho, pp. 21-43.
- Souza, Amaury de, e Bolivar Lamounier (1981), "Governo e sindicatos no Brasil: a perspectiva dos anos 80", *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 24 (2), pp. 139-159.
- Thompson, John B. (1998), *A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*, Rio de Janeiro, Vozes.

Alzira Alves de Abreu. Pesquisadora do CPDOC/FGV. E-mail: alzira@fgv.br

Resumo/abstract/ résumé/ resumen

A mídia na transição democrática brasileira

O texto trata dos caminhos percorridos pela mídia na fase de transição do regime militar autoritário para a democracia no Brasil. Procura indicar como a mídia participou da luta em favor da volta à democracia, suas ações e estratégias para denunciar a censura e a

opressão dos militares. Mas a atuação da mídia, nesse processo brasileiro, só recentemente tornou-se objeto de estudo dos historiadores e cientistas sociais. Algumas explicações para essa ausência são apresentadas no texto.

Palavras-chave Mídia, regime autoritário, transição democrática.

The media in the transition to democracy in Brazil

The text deals with the paths followed by the media during the transition from the authoritarian military regime to democracy in Brazil. It seeks to describe how the media took part in the struggle for a return to democracy, its actions and strategies for denouncing censorship and military oppression. But the behaviour of the media in this process in Brazil has only recently been examined by historians and social scientists. A number of explanations for this omission are presented in the text.

Key words Media, authoritarian regime, transition to democracy.

Les médias dans la transition démocratique brésilienne

Ce texte aborde les chemins parcourus par les médias durant la phase de transition du régime militaire autoritaire vers la démocratie au Brésil. Il s'efforce de montrer comment les médias ont participé à la lutte pour le retour de la démocratie, leurs actions et leurs stratégies pour dénoncer la censure et l'oppression des militaires. Mais l'intérêt des historiens et des sociologues pour le rôle des médias dans ce processus est très récent: l'article en présente quelques explications.

Mots-clés Médias, régime autoritaire, transition démocratique.

Los medios de comunicación en la transición democrática brasileña

El texto trata de los caminos recorridos por los medios de comunicación en la fase de transición del régimen militar autoritario a la democracia en Brasil. Intenta indicar como los medios de comunicación participaron en la lucha a favor de la vuelta a la democracia, sus acciones y estrategias para denunciar la censura y la opresión de los militares. Pero la actuación de los medios, en este proceso brasileño, solo recientemente se ha convertido en objeto de estudio de los historiadores y científicos sociales. Algunas explicaciones para esa ausencia se presentan en el texto.

Palabras-clave Medios de comunicación, régimen autoritario, transición democrática.